

ROBERTO CALASSO

O inominável atual

Tradução
Federico Carotti



A sensação mais precisa e mais aguda, para quem vive neste momento, é não saber onde está pisando a cada dia. O terreno é frágil, as linhas se dividem, os tecidos esgarçam, as perspectivas oscilam. Então se percebe com maior clareza que estamos no “inominável atual”.¹

Entre 1933 e 1945, o mundo realizou uma tentativa de autoaniquilação, em parte bem-sucedida. O que veio depois era amorfo, grosseiro e extremamente poderoso. No novo milênio, é amorfo, grosseiro e cada vez mais poderoso. Elusivo em toda parte, é o oposto do mundo que Hegel pretendia comprimir por meio do torno conceitual. Mesmo para os cientistas, é um mundo fragmentado. Não tem estilo próprio e lança mão de todos.

Esse estado das coisas até poderia parecer animador. Mas apenas os sectários se animam, convencidos de reter o fio da meada do que ocorre. Os outros — a maioria — se adaptam. Seguem a propaganda. A fluidez taoista é a virtude menos difundida. E por toda parte despontam as arestas de um objeto que ninguém conseguiu ver em sua completude. Este é o *mundo normal*.

Auden deu o nome de “A era da ansiedade” a um poema em várias vozes, ambientado num bar de Nova York por volta do final da guerra. Hoje essas vozes soam remotas, como se vindas de outro mundo. A ansiedade persiste,

mas não predomina. O que predomina é a inconsistência, uma inconsistência assassina. É a era da inconsistência.

O fundamento do terror está na ideia de que somente o assassinato oferece a garantia de significado. Tudo o mais parece instável, incerto, inadequado. A esse fundamento depois se somam as várias motivações que reivindicam o ato. E a esse fundamento se liga também, de modo obscuro e que implica uma metafísica, o sacrifício cruento. Como se, de tempos em tempos e nos mais diferentes lugares, se impusesse uma necessidade irreprimível de assassinatos que podem também parecer gratuitos e irracionais. Aziago espelhamento entre as origens e o presente. Um espelho enfeitiçado.

O terrorismo islâmico é sacrificial: em sua forma perfeita, é a vítima que pratica o atentado. Os mortos no ato são o *fruto* benéfico do sacrifício de quem praticou o atentado. O fruto do sacrifício antigamente era invisível. Toda a máquina ritual era concebida para estabelecer um contato e uma circulação entre o visível e o invisível. Agora, porém, o fruto do sacrifício se tornou visível, mensurável, fotografável. Como os mísseis, o atentado sacrificial aponta para o céu mas cai sobre a terra. Por isso predominam os atentados de assassinos-suicidas que explodem a si mesmos. Ou, em todo caso, subentende-se que quem pratica o atentado acaba por se matar. Explodir uma bomba qualquer por controle remoto ofusca a natureza sacrificial do ato.

O primeiro inimigo do terrorismo islâmico é o *mundo secular*, de preferência em suas formas coletivas: turismo, espetáculos, escritórios, museus, bares, grandes lojas, meios de transporte. Então o fruto do sacrifício não só consistirá em inúmeras mortes, mas terá ressonância mais ampla. Como toda prática sacrificial, o terrorismo islâmico se funda no *significado*. E esse significado se encadeia a outros significados, todos convergindo para o mesmo motivo: o ódio pela sociedade secular.

No último estágio da sua formação, o terrorismo islâmico coincide com a difusão da pornografia na rede, nos anos 1990. De repente, tinham diante dos olhos, fácil e constantemente disponível, aquilo que sempre haviam imaginado e desejado. E que ao mesmo tempo revelava toda a estrutura de suas regras sobre o sexo. Se aquela negação era possível, *tudo* devia ser possível. O mundo secular invadira a mente deles com algo irresistível, que os atraía e ao mesmo tempo os ridicularizava e desautorizava. Sem o uso de armas — e, além do mais, sem admitir nem exigir a presença do significado. Mas eles iriam *além*. E, além do sexo, há somente a morte. Uma morte selada pelo significado.

Desde os tempos de Netchaiev, sabemos que o terror também pode seguir outras vias. Naquela época, foi chamado de *terror niilista*. Hoje é possível conceber uma variante: o *terror secular*. A ser entendido como mero procedimento, e por isso disponível a qualquer tipo de fundamentalismo, que lhe dá uma coloração específica de acordo com seus fins. Ou também aos indivíduos, que assim podem dar vazão a suas obsessões.

O poder que move o terrorismo e o torna exasperante não é religioso, político, econômico ou reivindicativo. É o acaso. O terrorismo é aquilo que torna visível o poder ainda intocado que rege o funcionamento do todo e revela o seu fundamento. Ao mesmo tempo, é uma modalidade eloquente por meio da qual se manifesta na sociedade a imensa extensão daquilo que a cerca e a ignora. Era preciso que a sociedade chegasse a se sentir autossuficiente e soberana para que o acaso se apresentasse como seu principal antagonista e perseguidor.

O terror secular quer, antes de mais nada, sair da coerção sacrificial. Passar ao puro assassinato. O resultado da operação deve parecer totalmente fortuito e se dispersar em locais anônimos. Nesse momento se evidenciará que o acaso é o mandante último desses atos. E o que assusta mais: o assassinato significativo ou o assassinato fortuito? Resposta: o assassinato

fortuito. Porque o acaso é mais amplo do que os significados. Diante do assassinato significativo, o insignificante pode se considerar protegido pela própria insignificância. Mas, diante do assassinato fortuito, o insignificante se descobre especialmente exposto, justamente por sua insignificância. Ao fim e ao cabo, o terror não tem mais necessidade de um mandante coletivo. Mandante e executante podem coincidir. Pode ser o indivíduo como entidade desenraizada, assim como um Estado ou uma seita, que obedece a um mandamento imposto por ele mesmo: matar.

O terrorismo *significativo* não é a forma última do terrorismo, e sim a penúltima. A última é o terrorismo *fortuito*, a forma de terrorismo que mais corresponde ao *deus do momento*.

Desde seu primeiro número, em setembro de 2016, *Rumiyah* (“Roma”), a revista multilíngue online do EI [Estado Islâmico] que substituiu a *Dabiq*, indicava o caminho do terrorismo fortuito num artigo intitulado “O sangue do *kafir*, o infiel, é *halal*, legítimo, para vocês, portanto derramem-no”.² E detalhava, oferecendo uma primeira lista de possíveis alvos: “O homem de negócios que vai ao trabalho de táxi, os jovens (já púberes) que se exercitam no parque, o velho que está na fila para comprar um sanduíche. Não só: derramar o sangue do vendedor ambulante *kafir* que vende flores aos passantes também é *halal*”.³ Não há discriminações de classe ou idade, exceto no caso do jovem esportista, que deve ter atravessado a puberdade.

A figura do assassino-suicida não é uma invenção recente. No âmbito do islã, nasce com Hasan-i Sabbah, o “Velho da Montanha” de que fala Marco Polo, figura lendária associada ao estrategista ismaelita que durante anos urdira tramas no interior da fortaleza de Alamut. Segundo as fontes da época, era severo, austero, cruel e recluso. “Diz-se que permaneceu ininterruptamente dentro de casa, escrevendo e dirigindo operações — assim como sempre se frisa que, ao longo de todos aqueles anos, saiu de casa apenas duas vezes, e em ambas para subir no telhado”:⁴ é o que relembra Hodgson, o mais confiável historiador da seita. Enquanto isso, os enviados

do Velho da Montanha, espalhados pelo reino dos seljúcidas que Hassan-i Sabbah queria derrubar, matavam personagens poderosos, em geral com punhais, antes de serem eles mesmos mortos. Eram *fida'iyyan*, “aqueles que se sacrificam”, ou seja, “assassinos”, palavra que significava “consumidores de haxixe”, como foi definitivamente provado por Paul Pelliot.

Passados dois séculos, quando a fortaleza de Alamut estava em ruínas, devastada poucos anos antes pelos mongóis do cã Hulagu, e a *Seita dos Assassinos* era apenas uma lembrança, alguém contou a história do Velho da Montanha a Marco Polo. Odorico de Pordenone a repetiria alguns anos depois, sem variações.

Segundo ambos, o Velho da Montanha “mandara fazer num vale entre duas montanhas o maior e mais belo jardim do mundo”.⁵ E “ali havia donzelos e donzelas, os mais belos do mundo, que melhor sabiam cantar, tocar e dançar. E o Velho os fazia acreditar que aquele era o paraíso”.⁶ Mas havia uma condição: “Nesse jardim só entrava quem quisesse ser assassino”.⁷

Quando o Velho decidia enviar alguém em missão, induzia-o a um torpor dopado e o retirava do jardim.

E quando o Velho quer mandar matar uma pessoa, toma o mais vigoroso e o manda matar quem ele quer. E o fazem de bom grado, para regressar ao paraíso... E dessa maneira não resta nenhum homem no caminho do Velho da Montanha se assim ele quiser; e lhes digo que vários reis pagam tributo devido a esse medo.⁸

O Velho da Montanha dera a conhecer a seus hóspedes o sabor do paraíso. Séculos depois, bastaria garantir que o paraíso é reservado aos mártires da jihad e está repleto de prazeres, como se lê no Alcorão. Mas antes era preciso descobrir o *prazer da morte*.

Como aparece em Joinville e em outras crônicas medievais, o Velho da Montanha era uma presença reconhecida e famosa, como o Preste João.

Supunha-se que o leitor soubesse quem era. Mas ninguém teve maior clareza do que Nietzsche:

Quando os cruzados cristãos no Oriente depararam com aquela invencível Ordem dos Assassinos, aquela ordem de espíritos livres *par excellence*, cujos graus inferiores viviam numa obediência que nenhuma ordem monástica alcançou igual, obtiveram de algum modo informação sobre aquele símbolo e senha reservado aos graus superiores como seu *secretum*: “Nada é verdadeiro, tudo é permitido”... Pois bem, isto era liberdade de espírito, com isto a fé na própria verdade era *abandonada*... Algum espírito livre cristão, europeu, já se extraviou jamais nesta frase e em suas labirínticas *consequências*?⁹

“Nada é verdadeiro, tudo é permitido”: onde Nietzsche lera essa frase fatídica? Na *Geschichte der Assassinen* [História da ordem dos assassinos], de Hammer-Purgstall, obra densa, aventureira e preciosa, publicada logo depois do Congresso de Viena e unanimemente depreciada pelos islamólogos posteriores: “*Que nada é verdadeiro e tudo é permitido* continuava a ser o fundamento da doutrina secreta, a qual, porém, era comunicada a pouquíssimos e oculta sob o véu da mais rigorosa religiosidade e devoção, que, refreando os ânimos com os mandamentos positivos do islã, mantinha-os sob o jugo da obediência cega, tanto mais porque a submissão terrena e o autossacrifício eram sancionados com uma recompensa e uma glorificação eternas”.¹⁰

Em epígrafe ao *Vieux de la Montagne*, de Betty Bouthoul, livro do qual Burroughs extraiu sua obsessão por Hassan-i Sabbah, leem-se algumas linhas de Nicolas de Staël, que se matara três anos antes: “Assassínio e suicídio, inseparáveis e tão distantes à primeira vista...

“Assassínio, sombra trazida pelo suicídio — confundem-se sem trégua como duas nuvens imateriais e atrozmente vivas...

“Matar matando-se...”¹¹

O complô nasce junto com a história. Como também o fantasma de um centro oculto que rege os eventos. Os assassinos-suicidas remetem a Osama bin Laden nas cavernas de Tora Bora, o qual remete a Hasan-i Sabbah na fortaleza de Alamut. Há formas que não se extinguem. Transformam-se, carregam-se e se esvaziam de significados de acordo com a ocasião. Mas um fio tênue sempre as liga a seus primórdios.

Pelo menos uma vez a natureza acudiu quem quer impor a xaria por toda parte. Inclusive admitindo dispensar o terrorismo como batedor. Em dezembro de 2004, abateu-se um tsunâmi sobre a costa de Sumatra, em Achém, devastando tudo e deixando de pé apenas uma mesquita. Era preciso recomeçar do zero, situação ardentemente desejada por todas as utopias. E assim se formou um enclave da xaria. Protegem-no os Guardiões da Virtude: “Têm uniformes verdes do islã, bastões de lenho e corações de pedra. Chegam dos campos e sabem como tratar as pessoas da cidade. Costumam aparecer em Banda Achém às sextas-feiras, antes da oração. Circulam com um megafone e uma picape, ela também esverdeada, com a inscrição “Wilayatul Hisbah”: esquadrão da xaria. Não são muitos, uma dúzia, mas surgem quase por toda parte e quando menos se espera”.¹² Vasculham cafés, jardins, ruas, dormitórios. Prisões e punições são imediatas. Flagelações com vara na praça.

Para o terrorismo islâmico, uma igreja copta ou uma grande loja escandinava são alvos igualmente apropriados. Basta a manifestação do repúdio ao Ocidente em toda a sua extensão, da cristandade à secularidade, por parte de um organismo muito mais rudimentar do que o próprio Ocidente. Basta a concentração do ódio sobre um ponto, se possível cheio de vida. Mas esse ressentimento não é novo. Já existia cinquenta anos atrás. Por que somente agora assume essas formas? É um dos múltiplos resultados da *desintermediação*, diria de pronto um teórico da web. E do fato de que o mundo tende a se tornar *instantâneo* e *simultâneo*. Quem se mata matando é um modelo supremo de desintermediação.

Pouco antes de se encerrar o milênio, nos países islâmicos, como em quase todo o resto do mundo, tornou-se possível o acesso quase instantâneo à visão de um sem-fim de corpos femininos nus praticando atos sexuais. Foi um ultraje extremo e uma atração incontrolável, mais do que em outros países. E foi também uma poderosa sugestão para passar ao ato.

Sayyid Qutb desembarcou em Nova York em novembro de 1948, estarrecido porque uma jovem em trajes diminutos batera à porta da sua cabine, pedindo para se hospedar. Qutb era um funcionário ministerial do Cairo que chegava aos Estados Unidos com uma bolsa para estudar inglês. Examinou o país percorrendo vários lugares, até se estabelecer em Greeley, no Colorado, que de início lhe pareceu um local paradisíaco. Mas logo mudou de ideia e condenou terminantemente o *American way of life*, sobretudo depois de participar de algumas festas nas noites de domingo, quando os refeitórios da faculdade ficavam fechados e os estudantes estrangeiros frequentavam algumas igrejas onde, depois da função, havia jantares e bailes. As luzes diminuía e Qutb via pernas em movimento (“nuas”,¹³ especificava), braços que se cingiam, seios que ondulavam — e tocava uma música tirada de um filme de Esther Williams. Já foi o suficiente.

De volta ao Egito, Qutb logo se tornou importante figura política. Uma vez no poder, Nasser o nomeou chefe do Comitê Editorial pela Revolução. Mas não por muito tempo. No Egito de então, como depois na Argélia, havia apenas duas vias: ou os militares ou a xaria, que lá era defendida pela Irmandade Muçulmana. E Qutb representava essa última. Em 1954 acabou sendo preso, depois saiu e lhe propuseram dirigir a revista da Irmandade Muçulmana. Também dessa vez não ficou muito tempo no cargo. Voltaram a prendê-lo. Como vivia doente, foi transferido para o hospital do presídio, onde passou dez anos. Nesse período escreveu um comentário em oito volumes ao Alcorão. Mas sua obra incendiária foi *Marcos miliários*, publicada aos poucos, a partir do cárcere. O livro trazia instruções para a “vanguarda” que deveria conquistar o mundo, livrando-o, em nome do islã, da *jahiliyyah*, a perniciosa “ignorância” que mancomunava islâmicos não

observantes da xaria e todos os demais seres vivos. Serviu de guia de ação para outro egípcio, al-Zawahiri, e para seu companheiro Osama bin Laden, bem como para aquele que se tornaria o aiatolá Khamenei.

Qutb foi libertado. Agora lhe permitiriam a expatriação. Qutb sempre recusava. Por fim foi julgado e condenado à morte. Um dos três juízes do tribunal era Sadat. Quando leram a sentença, Qutb disse: “Pratiquei a jihad por quinze anos e consegui conquistar o martírio, *shahadah*”.¹⁴ Foi enforcado em 29 de agosto de 1966, ao amanhecer.

Se tantas tribos humanas celebraram sacrifícios nos mais diversos locais e das mais variadas formas, algum profundo motivo deve ter existido. Na verdade, um emaranhado de motivos que nunca se desentrelaçam por completo. Mas o mundo secular nunca aceitou a celebração de sacrifícios — seria um aspecto do passado do qual ele não sabia bem como se libertar. Basta abrir *Os últimos dias da humanidade* [1918], de Karl Kraus, que traz boa parte do que então se lia nos jornais e se ouvia nas ruas, para constatar que durante a Primeira Guerra Mundial falava-se em “sacrifícios” tanto quanto em ações militares. Mas não foi suficiente. Foi preciso outra guerra — e, dentro dela, uma imensa e monstruosa operação de desinfestação, mais uma vez para acabar com o sacrifício. Mas isso tampouco foi suficiente. Depois de uma opacidade secular, durante a qual o islã parecia ter perdido seu gênio, como se exaurido por seu prodigioso florescimento anterior, algo se recompôs em seu interior e, pela boca de Sayyid Qutb, conclamou novos “valores sadios”¹⁵ em contraposição à corrupção do Ocidente e à obnubilação do próprio islã, decorrente sobretudo da progressiva adoção dos modos de vida do Ocidente. Assim, alguns começaram a se matar, uns poucos, com a intenção de matar muitos outros, o maior número possível de pessoas.

A herança do sacrifício devia desembocar em algo: ocorreram duas grandes guerras, e depois o excesso de poder armado impediu seguir adiante. Então surgiu o terrorismo: assassinatos intermitentes, ubíquos, crônicos,

sempre mais fortuitos, que mantêm vivo o fogo sacrificial. É uma exata inversão das doutrinas védicas. Mas nenhum dos atores sabe disso. Como autômatos, operam numa oficina que tem um departamento celestial e um departamento infernal.

Sacrifício e terrorismo confluem num ponto, o mais delicado: a escolha da vítima. No sacrifício, será um exemplar intocado, imaculado, de especial beleza — ou, inversamente, um ser qualquer, intercambiável, multiplicável. No terrorismo, pode ser quem tem o poder — ou, inversamente, qualquer um que em certo momento esteja em certo local.

São duas vias, divergentes e coexistentes: a eleição e a condenação. E dois reinos: a graça e o acaso, potências irreduzíveis. Os modos como se sobrepõem, se mesclam, se separam, geram inúmeras consequências, as mais sutis, as mais incisivas, que se irradiam sobre todo o resto, irmanadas apenas pelo ato do assassinato.

Para entender as metamorfoses do sacrifício na era secular, é preciso substituir “sacrifício” pela palavra “experimento”. Que não é apenas aquilo que ocorre diariamente nos laboratórios — o que já indicaria sua gigantesca dimensão. Experimento é o que a sociedade realiza todos os dias em si mesma. E aqui a ambivalência da palavra fica ainda mais clara, porque os dois supremos experimentadores sociais do século XX foram Hitler e Stálin. Não por acaso Lênin evocava os “engenheiros das almas” — que se assemelhavam mais a certos ferozes cirurgiões lobotomizadores, sempre em nome da ciência. Todos detonadores do desconhecido.

Ao longo do século XX cristalizou-se um processo de enorme alcance, que atingiu tudo o que recebe o nome de “religioso”. A sociedade secular, sem precisar declarar, se tornou o último quadro de referência para todos os significados, quase como se sua forma correspondesse à fisiologia de qualquer comunidade, e seu significado devesse ser buscado somente dentro da própria sociedade. Uma sociedade que pode assumir as formas políticas e econômicas mais divergentes — capitalistas ou socialistas, democráticas ou

fácil se mimetizar. Não se espera que a polícia secreta bata à porta às quatro da manhã.

Tudo isso decorreu de uma longa e atormentada evolução, nunca interrompida — mesmo que por vezes dissimulada. Se precisássemos estabelecer, de maneira evidentemente arbitrária e por meras exigências dramáticas, um ponto inicial desse processo, não haveria imagem mais adequada do que a de Esparta, tal como a mostrou Jacob Burckhardt, condensando o essencial em poucas palavras, com sua habitual sobriedade:

A potência pode ter uma elevada missão na terra; talvez somente sobre ela, sobre um território por ela protegido, possam surgir civilizações de ordem superior. Mas a potência de Esparta parece ter surgido no mundo quase por si só e pela própria afirmação de si, e seu páthos constante foi a servidão dos povos subjugados e a extensão do seu domínio como fim em si mesmo.¹⁶

Essas palavras de Burckhardt são especialmente relevantes e podem ser aplicadas não apenas a Esparta, mas à história recente e ao que ocorre na atualidade, como comprova uma curiosa circunstância editorial. Em 1940, a Deutsche Buch-Gemeinschaft publicou num único volume a *Griechische Kulturgeschichte* [História cultural da Grécia], de Burckhardt, que abria com uma nota de advertência, assinada “A Editora”: “A sobrecarga científica, as notas, as remissões às fontes, assim como certas repetições e detalhes que interessam apenas ao estudioso, foram eliminadas. Desse modo, a obra adquiriu maior legibilidade”.¹⁷ Ora, chegando à página 50, o leitor pode perceber que um parágrafo inteiro foi suprimido — precisamente aquele que conclui com as palavras que acabamos de citar. Mas cabe também ler as linhas precedentes, igualmente suprimidas:

Já se mencionou o alto custo que, geralmente, acarretava a fundação de uma cidade. Mas a fundação de Esparta em especial foi paga a um preço altíssimo pelos povos subjugados. Deu-se a eles a escolha entre todos os gêneros de escravidão, aniquilação, deportação.¹⁸